

Raio X de uma doença crônica

CORREIO BRAZILIENSE

25 MAR 1997

André Corrêa



Recursos aquém da demanda tornam deficiente o serviço público de saúde

Sobrecarga da rede hospitalar de Brasília, que atende pacientes do Entorno, será tema de reunião, hoje, no Ministério da Saúde

Ricardo Mendes
Da equipe do Correio

A secretária de Saúde do Distrito Federal, Maria José Maninha, terá hoje um dia de muita negociação na Esplanada dos Ministérios. Ela participará, pela primeira vez, de uma reunião da Comissão Tripartite do Ministério da Saúde, que reúne autoridades do setor nos níveis municipal, estadual e federal. Na pauta, a busca de soluções para amenizar a sobrecarga que a população do Entorno causa no sistema hospitalar da capital. Uma das alternativas garantiria 30% de recursos do SUS para a cidade.

As principais opções são a criação de consórcios entre municípios para intercâmbio de cooperação e recursos financeiros, medida experimentada entre 14 pequenas cidades do sul de Minas Gerais. Com isso, o Distrito Federal receberia dinheiro que hoje cabe aos vizinhos, em troca da assistência que já presta, e entraria ainda com prestação de serviços para as prefeituras. A outra estratégia refere-se à implantação do sistema de gestão plena da rede de assistência.

Se adotada, essa última solução

permitirá ao Distrito Federal escolher como gastar o dinheiro recebido mensalmente do Sistema Único de Saúde (SUS), definindo a distribuição das verbas entre as unidades de assistência. Potencialmente, o principal benefício da gestão plena é o aumento das verbas disponíveis, por meio da mudança no cálculo dos repasses do SUS e da administração de recursos que viriam com o consórcio.

Maninha quer que o Governo Federal não se limite a estimular e participe do consórcio, criando uma câmara de compensação. Essa instituição reuniria o dinheiro do SUS, asseguraria ao Distrito Federal o repasse das verbas cedidas pelos municípios e completaria o caixa com dinheiro federal quando o bolo fosse insuficiente para cobrir os serviços.

GARANTIAS

A secretária de Saúde teme quer garantias de que os governos de Goiás e Minas Gerais repassarão a Brasília os recursos do SUS. "Não concordo em aumentar nossa responsabilidade sem aumento de receita." O secretário de Assistência à Saúde do ministério, Antônio Wer-

neck Castro, entende diferente. "Queremos que os consórcios surjam do acerto entre os municípios e governos estaduais e só depois é que devem nos procurar para que possamos operacionalizar as transferências de recursos entre as cidades."

Atualmente, o SUS deposita mensalmente R\$ 7,1 milhões na conta do governo brasileiro, que quer elevar esse patamar em, pelo menos, R\$ 2 milhões (30% do total). "Com esse acréscimo, podemos garantir os casos de internação para os 33 municípios do Entorno e região geoeconômica", estima Maninha.

No próximo 25 de abril, em Unaí (MG), a secretária vai se reunir com representantes das 33 cidades da região e discutir soluções para os problemas que acabam causando sobrecarga na rede de assistência de Brasília. No Hospital Regional do Gama, por exemplo, chega a 60% o total de pacientes que mora do outro lado da divisa.

A possibilidade de se criar um consórcio agrada a prefeitos como o de Luziânia, maior cidade do Entorno, com 150 mil habitantes. Valcenor Braz vê nessa estratégia uma forma de amenizar o fato de a cidade só contar com 46 leitos hospitalares, ao invés dos 400 recomendados pela Organização Mundial de Saúde. "Mas é preciso definir de onde virá o dinheiro para manter o acordo que vier a ser firmado", pondera.